Povos Indígenas no Brasil

Fonte Última Hora Class.: 352

Data 25 de maio de 1988 Pg.: _____

Direitos dos índios

NO momento em que a Assembléia Constituinte se ocupa da questão da Ordem Social em sua segunda votação, não poderíamos, enquanto entidade representativa do povo indígena, voltada para o problema da educação de forma específica, mas integrada no conjunto de sua luta, deixar de registrar a preocupação do nosso povo com relação ao texto constitucional que irá ser discutido e votado.

É que o Capítulo VIII, que trata especificamente dos direitos dos índios, longe de acrescentar-lhes novas conquistas, o texto, no geral, representa um retrocesso, ao contrário da expectativa do nosso povo que exige um mínimo de direitos, entre os quais a preservação de sua existência e de sua identidade indígena, de sua cultura e multiplicação, envolvendo a garantia dos seus usos e costumes, crenças, tradições e a posse efetiva das terras a que têm direito.

Na prática, aprovado o texto tal como está, se estará sepultando as legítimas reivindicações dos povos indígenas, com o seu extermínio. O artigo 302, por exemplo, consagra a espoliação de numerosos grupos que por coerção do Estado têm sido deslocados de seu habitat tradicional por imposição de governos e de empresas privadas. Reconhece-lhes o direito apenas "sobre as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados".

Os que delas foram expulsos ou afastados nunca mais poderão reavê-las, por maior que seja a tal imemorialidade. No mesmo artigo, o parágrafo 2º abre as terras dos índios à ganância das empresas mineradoras, permitindo a exploração das riquezas minerais naqueles territórios, embora subordinando essa exploração à autorização das comunidades e do Congresso Nacional. E o que mais tememos é que, nesta fase de discussão na Constituinte, tais grupos econômicos consigam, ainda, excluir a obrigatoriedade da autorização do Congresso.

Mas não pára aí a ameaça à sobrevivência do índio. No artigo 303, o usufruto indígena às riquezas do subsolo é excluído, o que nem o regime militar, com sua Emenda nº 1, de 1969, ousou fazer. O parágrafo 1º desse artigo volta à questão da posse imemorial, mas limitando-a com adverbializações que apontam para a nítida intenção de sempre reduzir a área física das comunidades indígenas. O parágrafo seguinte já elimina a indisponibilidade das terras dos índios, e um outro fala da remoção de grupos tribais em situações de epidemia, catástrofe etc; sem contudo indicar a quem competirá determinar a necessidade de remoção e a quem caberá administrá-la.

E mais, consagra o texto no seu artigo 304 a incapacidade do índio.

Esperamos que seja emendada de forma a eliminar tais

aberrações para que faça justiça aos povos indígenas, resgatando os seus direitos usurpados com a invasão do nosso solo e com a colonização, a partir da campanha conhecida por "Entradas e Bandeiras".

Estabelece tal dispositivo que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo", desde que, cumprindo-se o artigo 302, tenha "a participação obrigatória de órgão federal e do Ministério Público, sob pena de nulidade".

E para culminar esse verdadeiro rosário de aberrações contra os direitos do índio, mais à frente, o artigo 305 nega todos os direitos, constitucionais específicos aos "índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitem terras indígenas".

O texto consagra, assim, o etnocídio, legitimando injunções jurídico-políticas que impuseram aos índios sua crescente descaracterização rural e o abandono de suas terras. Desse modo, além de terem sido vítimas desse etnocídio, recebem ainda o castigo de não mais fazerem jus ao reconhecimento de seus direitos, sendo tratados na futura Constituição como uma "espécie" em extinção.

ELIANE POTIGUARA

(Grupo Mulher - União das Nações Indígenas)